

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: USINA HIDRELETRICA ITAOCARA S.A.
Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 23.859.108/0001-30
Número de Ordem do Livro: 8
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 15.909.918,11	R\$ 15.404.305,97
CIRCULANTE		R\$ 4.618.394,62	R\$ 3.695.488,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$ 4.513.177,61	R\$ 3.583.814,65
TRIBUTOS A RECUPERAR		R\$ 26.418,05	R\$ 32.284,29
OUTROS CREDITOS		R\$ 78.798,96	R\$ 79.389,86
NAO CIRCULANTE		R\$ 11.291.523,49	R\$ 11.708.817,17
PERMANENTE		R\$ 11.291.523,49	R\$ 11.708.817,17
IMOBILIZADO		R\$ 11.291.523,49	R\$ 11.708.817,17
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 15.909.918,11	R\$ 15.404.305,97
CIRCULANTE		R\$ 44.738.895,33	R\$ 278.164,83
FORNECEDORES		R\$ 62.398,23	R\$ 52.908,65
SALARIOS, PROVISAO E CONTRIBUIC. SOCIAIS		R\$ 74.455,93	R\$ 22.103,78
TRIBUTOS A PAGAR		R\$ 46.060,31	R\$ 3.152,40
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 44.555.980,86	R\$ 200.000,00
(-) PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ (28.828.977,22)	R\$ 15.126.141,14
CAPITAL SOCIAL		R\$ 156.258.500,00	R\$ 206.711.700,00
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ (185.087.477,22)	R\$ (191.585.558,86)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: USINA HIDRELETRICA ITAOCARA S.A.

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 23.859.108/0001-30

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (22.518.093,99)	R\$ (253.196,21)
(-) PESSOAL		R\$ (381.411,80)	R\$ (162.895,68)
(-) MATERIAL		R\$ (11.214,22)	R\$ (13.889,61)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R\$ (2.102.901,60)	R\$ (494.663,96)
(-) SEGUROS		R\$ (105.065,28)	R\$ (105.065,28)
OUTRAS DESPESAS		R\$ (19.917.501,09)	R\$ 523.318,32
(-) RESULTADO DO SERVICO		R\$ (22.518.093,99)	R\$ (253.196,21)
(-) RESULTADO FINANCEIRO		R\$ (30.422.781,39)	R\$ (6.244.885,43)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 133.486,01	R\$ 431.211,27
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (30.556.267,40)	R\$ (6.676.096,70)
(-) LUCRO OPERACIONAL		R\$ (52.940.875,38)	R\$ (6.498.081,64)
(-) LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL		R\$ (52.940.875,38)	R\$ (6.498.081,64)
(-) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO/PERIODO		R\$ (52.940.875,38)	R\$ (6.498.081,64)

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Hidrelétrica Itaocara S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos exercícios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou prejuízo operacional no montante de R\$ 6.498. Atualmente, a Companhia não possui geração de caixa própria necessária para saldar suas obrigações. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 04 de maio de 2022, sem modificação, contendo paragrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia semelhante à descrita nesse relatório.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

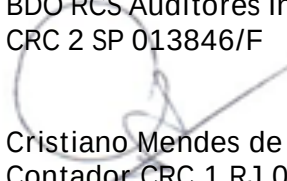
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F



Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/0-2

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente caixa	5	3.584	4.513	Fornecedores		53	63
Impostos a recuperar		32	26	Obrigações Trabalhistas		22	74
Outros créditos		79	79	Obrigações tributárias		3	46
		3.695	4.618	Provisões para riscos regulatórios	7	-	44.356
				Outras contas a pagar		200	200
						278	44.739
Não circulante							
Imobilizado	6	11.709	11.292	Patrimônio líquido	8		
		11.709	11.292	Capital social		206.711	156.258
				Prejuízos acumulados		(191.585)	(185.087)
						15.126	(28.829)
Total do ativo		15.404	15.910	Total do passivo e patrimônio líquido		15.404	15.910
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita operacional, líquida		-	-
Custos dos produtos e serviços vendidos		-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(832)	(2.682)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	10	579	(19.836)
		(253)	(22.518)
Resultado antes do efeito financeiro e dos tributos		(253)	(22.518)
Receitas financeiras		431	133
Despesas financeiras		(6.676)	(30.556)
Resultados financeiros, líquidos	11	(6.245)	(30.423)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(6.498)	(52.941)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Prejuízo do exercício		(6.498)	(52.941)
Prejuízo do exercício por quotas		(0,031)	(0,339)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(6.498)	(52.941)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(6.498)	(52.941)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.708	(132.146)	(60.438)
Aumento de capital	84.550	-	84.550
Prejuízo do exercício	-	(52.941)	(52.941)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	156.258	(185.087)	(28.829)
Aumento de capital	50.453	-	50.453
Prejuízo do exercício	-	(6.498)	(6.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	206.711	(191.585)	15.126
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(6.498)	(52.941)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para riscos regulatórios	-	33.388
Atualização monetária das provisões para riscos regulatórios	6.676	30.555
Reversão de riscos regulatórios	(579)	(13.552)
Pagamento de provisões para riscos regulatórios	(50.453)	(79.233)
Resultado ajustado	(50.854)	(81.783)
Varição nos ativos circulantes		
Varição de impostos a recuperar	(6)	80
Varição de outros ativos	-	1
	(6)	81
Varição nos passivos circulantes		
Varição de fornecedores	(10)	39
Varição de obrigações trabalhistas	(52)	(15)
Varição de obrigações tributárias	(43)	41
	(105)	65
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades operacionais	(50.965)	(81.637)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(417)	(864)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades e investimentos	(417)	(864)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	50.453	84.550
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamentos	50.453	84.550
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(929)	2.049
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.513	2.464
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.584	4.513
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(929)	2.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (“Companhia” ou “UHE Itaocara S.A.”) foi constituída tendo por objeto social principal a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara I (“UHE Itaocara I”), cujo empreendimento está previsto para ser implantado no trecho médio-baixo do rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Aperibé, Itaocara, Cantagalo, Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio de Janeiro, e Pirapetinga, no Estado de Minas Gerais, com reservatório a fio d’água, abrangendo uma área de aproximadamente 40km.

O projeto da UHE Itaocara I, com capacidade para gerar até 150MW, foi inserido no 21º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração – Edital n. 03/2015 (A-5) ANEEL, realizado em 30/04/2015, tendo sido arrematado pelo Consórcio UHE Itaocara, formado pelas sociedades Light Conecta Ltda. (anteriormente denominada Itaocara Energia Ltda.) e CEMIG Geração e Transmissão S.A., mediante o preço de venda de R\$ 154,99/MWh.

Ato contínuo foi firmado entre as partes do Consórcio UHE Itaocara e a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público n. 01/2015 (DOU n. 205/2015). Na sequência, em 12/11/2015, as então sociedades consorciadas Light Conecta Ltda. e CEMIG Geração e Transmissão S.A. constituíram a sociedade com propósito específico denominada Usina Hidrelétrica Itaocara S.A., que sucedeu o Consórcio UHE Itaocara em todos os direitos e obrigações até então assumidos, conforme Resolução Autorizativa ANEEL n. 5.790 (DOU n. 82/2016), que deu ensejo ao 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 05/07/2017.

Simultaneamente, desde o resultado do 21º Leilão de Energia, foram envidados pela Companhia e suas acionistas todos os esforços para viabilizar o início da implantação da UHE Itaocara I. Tais esforços, inclusive, podem ser representados pela celebração dos contratos necessários à execução dos 43 programas ambientais previstos; aquisição e/ou arrendamento de imóveis para a instalação do canteiro de obras, com o consequente remanejamento de famílias; e, dentre outros, celebração do contrato de empreitada para a implantação física do empreendimento (Contrato EPC), com calendário de obras que resultava no início da operação comercial do empreendimento com um ano antes do previsto no Contrato de Concessão.

Não obstante a celebração do Contrato de Concessão e a obtenção da Licença de Instalação n. 954/2013, a implantação/construção do empreendimento UHE Itaocara I não foi iniciada, especialmente em razão da notória e inesperada crise econômica que adentrou o país a partir do segundo semestre de 2015, o que inviabilizou a captação dos recursos necessários para tanto, obrigando o empreendedor a requer à ANEEL – em 01/03/2018 – a instauração de negociações para a rescisão do atual Contrato de Concessão (autos n. 48500.003142/2015-17).

Como resultado das tratativas com a ANEEL, no bojo do processo administrativo n. 48500.004508/2020-24, em 01/11/2022, na 41ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, a Diretoria-Colegiada da ANEEL decidiu – por unanimidade (Despacho ANEEL n. 3.156, de 1º/11/2022), dentre outras providências, recomendar ao Ministério de Minas e Energia – MME, a extinção da concessão da UHE Itaocara I por meio da rescisão do Contrato de Concessão n. 001/2015, bem como imputar à UHE Itaocara S.A. a multa editalícia, no valor de R\$ 43.777, em razão da rescisão do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público n. 01/2015-MME-UHE Itaocara I (DOU n. 205/2015), celebrado em 23/10/2015, para fins de implantação e exploração da UHE Itaocara I. Em 29/11/2022 a UHE Itaocara S.A. transferiu em 29/11/2022 à ANEEL o valor atualizado da multa editalícia (R\$ 50.453), cujo depósito foi confirmado pela ANEEL por meio do Memorando n. 491/2022 – SAF/ANEEL, de 01/12/2022, e Termo de Encerramento n. 1006/2022 – SFG, de 06/12/2022, dando plena quitação da multa imputada.

Apesar de a UHE Itaocara S.A. ter adimplido a obrigação determinada pela ANEEL, o Contrato de Concessão ainda está em curso, uma vez que se aguarda o envio do feito ao Ministério de Minas e Energia – MME, para fins de formalização do distrato do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público n. 01/2015-MME-UHE Itaocara I.

Após a formalização da rescisão do Contrato de Concessão, a Companhia buscará incluir o projeto em novo Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração. A propósito, a principal razão de a UHE Itaocara S.A. envidar seus esforços para tornar o projeto hábil para ser inserido em novo Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, reside especialmente na possibilidade de a Companhia ser ressarcida dos custos empreendidos até então no desenvolvimento do projeto UHE Itaocara I. Isso porque, a luz dos editais anteriores e da regulamentação própria da ANEEL, aquele que promove os estudos relacionados ao projeto (estrutural, ambiental, incluindo custos com licenças, etc.), que permitiram a inclusão do empreendimento no leilão, tem assegurado o ressarcimento pecuniário – pelo vencedor da licitação – dos respectivos dispêndios com tais estudos, os quais, naturalmente, são analisados/auditados pela ANEEL, tal como, inclusive, já ocorreu com a UHE Itaocara I em 2014 (previamente ao leilão de ABR/2015). A partir dessa possibilidade de ressarcimento é que emerge – dentre em as intensões da UHE Itaocara S.A. para os desencadeamentos do projeto UHE Itaocara I e sequência do seu regular funcionamento, o interesse na manutenção das ações necessárias para seja o projeto UHE Itaocara I habilitado em novo Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, de modo que, então, no certame vindouro a UHE Itaocara S.A. tenha assegurado o ressarcimento pecuniário – pelo vencedor da licitação – dos respectivos dispêndios com os estudos até então desenvolvidos e que permitiram o projeto se tornar hábil para a licitação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Apraz destacar, que apesar de a Companhia ter apresentado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo de R\$ 6.498 (prejuízo de R\$ 52.941 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido positivo de R\$ 3.417 (R\$ 40.121 negativo em 31 de dezembro de 2021) e, também, ter apresentado prejuízo acumulado de R\$ 191.586 em 31 de dezembro de 2022 (R\$185.087 em 2021), mesmo assim obtém o devido suporte das acionistas, e se mantém responsável pelo cumprimento de todas as obrigações regulatórias e socioambientais inerentes ao empreendimento UHE Itaocara I, bem como pelo cumprimento das obrigações societárias, fiscais, tributárias e demais obrigações típicas das sociedades empresariais.

As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas tendo em conta a continuidade operacional da Usina Hidrelétrica Itaocara S.A., principalmente ante a necessidade/objetivo de tornar o projeto hábil para ser inserido em novo Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração.

Em vista da situação da Companhia, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo e evidenciam todas as informações relevantes próprias nas demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

Adicionalmente, a Diretoria considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia pois representa todas as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos resultados inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento se referem a: - Estimativa dos custos ligados aos streamings de receita de (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M), conforme previsto no contrato de concessão

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 24 de maio de 2023.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com a seguinte categoria:

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Nessa categoria encontram-se as equivalentes de caixa, outros créditos, fornecedores e obrigações por arrendamento.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos em construção inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Diretoria.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis.

3.5 Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Novas normas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

- a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

- b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

- c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

- d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados da Empresa ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:
 - a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Depósitos bancários à vista	9	26
Aplicações financeiras	3.575	4.487
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.584</u>	<u>4.513</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível principalmente às variações do CDI e IPCA. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

A remuneração média das aplicações é de 99 % do CDI no exercício fiscal de 2022 (99% do CDI no exercício fiscal de 2021).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota explicativa nº 12.

6. Imobilizado

	2022	2021
Em curso		
Terrenos	22	22
Gastos a ratear	11.687	11.270
Total do imobilizado	<u>11.709</u>	<u>11.292</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

O ativo imobilizado em curso é representado principalmente pelos investimentos realizados para viabilizar a construção da Usina tais como: (i) estudos de meio ambiente requeridos pelo IBAMA, (ii) desenvolvimento do modelo hidráulico reduzido, cálculo da série histórica de vazões do Rio Paraíba do Sul, entre outros.

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Terrenos	22	-	22
Gastos a ratear	11.270	417	11.687
Total do imobilizado	11.292	417	11.709

	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Em curso			
Terrenos	22	-	22
Gastos a ratear	10.406	864	11.270
Total do imobilizado	10.428	864	11.292

7. Provisões para riscos regulatórios

Em 2022, a Companhia realizou a liquidação dos montantes que estavam provisionados no passivo e atualmente não possui saldos a pagar (R\$ 44.356 em 2021).

Segue abaixo as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Descrição	31/12/2021	Adições	Pagamentos	Atualizações	Reversões	31/12/2022
Regulatório	44.356	-	(50.453)	6.676	(579)	-
	44.356	-	(50.453)	6.676	(579)	-

Descrição	31/12/2020	Adições	Pagamentos	Atualizações	Reversões	31/12/2021
Regulatório	73.198	63.695	(79.233)	248	(13.552)	44.356
	73.198	63.695	(79.233)	248	(13.552)	44.356

a) Provisão multa ANEEL Rescisão de contrato de concessão

A Companhia não mais possui valores em aberto em 31 de dezembro de 2022, referente a eventual penalidade/multa oriunda da ANEEL. Isso porque, em 29 de novembro de 2022 foi efetuada a quitação total da multa imposta pela agência reguladora, em razão da rescisão antecipada do contrato de concessão.

O valor total da multa pela Rescisão do Contrato de Concessão foi de R\$ 50.453, sendo R\$6.676 de atualização monetária.

b) Provisão multa pecuniária auto de infração ANEEL nº 0074/2017

A Companhia não possui mais valores em aberto em 31 de dezembro de 2022, referente a incidência de penalidade/multa objeto do auto de infração nº 0074/2017 SFG/ANEEL, uma vez que por meio do Despacho n. 3.156, de 1º de novembro de 2022, a ANEEL decidiu arquivar o Auto de Infração, sem a incidência de penalidade.

c) Provisão procedimento arbitral nº 07/2020

A Companhia não possui valores em aberto em 2022. Figurou anteriormente como requerida em processo arbitral perante a FGV Câmara de Mediação e Arbitragem, movido pelo Consórcio Construtor Itaocara, tendo como objeto a rescisão de Contrato EPC outrora firmado e suas consequências. Após instrução processual, em 06 de outubro de 2021 o Tribunal Arbitral proferiu a sentença arbitral, por meio da qual condenou a UHE Itaocara S.A. ao pagamento de R\$ 79.233 ao Consórcio Construtor UHE Itaocara, cujo montante foi pago em 01 de dezembro de 2021 e, com isso, definitivamente encerrado o processo.

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 206.711 (R\$ 156.258 em dezembro de 2021) e está representado por 206.711 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Integralização de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi integralizado o valor de R\$ 50.453 (R\$ 84.550 em 31 de dezembro de 2021), em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa.

b) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Com base no prejuízo apurado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, não houve lucro a ser distribuído sob a forma de dividendos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude dos prejuízos apurados nos referidos exercícios.

9. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(163)	(381)
Material	(14)	(11)
Serviços de terceiros	(495)	(2.103)
Aluguéis	(26)	(71)
Tributos	(4)	(3)
Outras despesas	(130)	(113)
	<u>(832)</u>	<u>(2.682)</u>

10. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Reversão (provisão multa Aneel)	579	13.552
Provisão processo arbitral	-	(33.388)
	<u>579</u>	<u>(19.836)</u>

11. Resultados financeiros, líquidos

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	430	122
Outras Receitas Financeiras	1	11
	<u>431</u>	<u>133</u>
Despesas Financeiras		
Atualização monetária das provisões para riscos regulatórios (a)	(6.676)	(30.555)
Outras Despesas Financeiras	-	(1)
	<u>(6.676)</u>	<u>(30.556)</u>
Resultado Financeiro	<u>(6.245)</u>	<u>(30.423)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

O valor de R\$6.676 se refere ao complemento da provisão da multa ANEEL, referente ao Contrato de Concessão (Nota Explicativa nº 7.a). O valor em referência é a atualização monetária da multa citada. O valor total da multa referente à Rescisão do Contrato de Concessão foi de R\$50.453, sendo R\$6.676 de atualização monetária.

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

			2022		2021	
	<u>Categoria</u>	<u>Nível</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	3.584	3.584	4.513	4.513
Outros ativos	Custo amortizado	2	79	79	79	79
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	53	53	63	63
Obrigações fiscais	Custo amortizado	2	3	3	46	46
Outras obrigações	Custo amortizado	2	200	200	200	200

A Diretoria é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a) Risco operacional

A Diretoria mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado, a fim de dar continuidade às suas atividades regulares e mitigar possíveis riscos operacionais.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2022.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Diretoria da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

11. Contratos de longo prazo

A Companhia não possui contratos de longo prazo, à exceção do Contrato de Concessão Nº 01I2015-MME-UHE ITAOCARA I, em vias de rescisão junto à ANEEL e ao MME.

12. Seguros (Não auditado)

Em vista da rescisão do Contrato de Concessão, para a apólice apresentada à ANEEL em 2015 e renovada até 01 de outubro de 2023, foi requerido à ANEEL em janeiro de 2023 a baixa/liberação da respectiva apólice, de seguro visando garantir a execução das obras de implantação da UHE Itaocara, com a importância assegurada de R\$ 43.777.

Dados do seguro anterior:

- Modalidade: Executante Construtor Tomador: Light Conecta Ltda. (anteriormente denominada Itaocara Energia Ltda.);
- Segurado: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Seguradora: Junto Seguros S.A.;
- Garantia de responsabilidade: 100% Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.;
- Acionista: Light Conecta Ltda. (anteriormente denominada Itaocara Energia Ltda.) (51%) e CEMIG Geração e Transmissão S.A. (49%);
- Vigência: de 01 de outubro de 2022 a 01 de outubro de 2023.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

13. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Companhia conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria da Entidade avaliou com os seus assessores jurídicos internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Entidade não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

USINA HIDRELÉTRICA ITAOCARA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Conselho de Administração

Efetivos

Douglas Braga Ferraz de Oliveira Xavier (Presidente)
Gustavo Werneck Souza (Vice-Presidente)
Alexandre Eustáquio Sydney Horta
Rodrigo Domingues Vilela

Suplentes

Felipe Pinheiro Cruz
Eduardo Righi Reis
Giovani de Paula da Silva

Diretoria

Assinatura Eletrônica
26/05/2023 11:50 UTC
 *Sérgio Teixeira de Castro*
760.***.***-91
Sergio Teixeira de Castro

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor-Presidente e Socioambiental

Contabilidade

Assinatura Eletrônica
26/05/2023 21:34 UTC
 *ERLON SILVA*
060.***.***-41
Erlon Rodrigo da Silva

Erlon Rodrigo da Silva
Contador
CRC-SC 030791/O-1

**Relatório Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. - 31.12.2022**

CHAVE: CAA56969277150EC870B4AB1A9699F660ED0A8733698D5E87CB0020D11D9767F

 Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

Assinaturas

Erlon Rodrigo da Silva

erlon.silva@cscenergia.com.br

Assinado em: 26/05/2023 18:35:18 (BRT)

IP: 189.4.104.249

Geolocalização: -27.585117, -48.6147225

Assinatura Eletrônica
26/05/2023 21:34 UTC **ERLON SILVA**060.***.***.41
Erlon Rodrigo da Silva**Sergio Teixeira de Castro**

stcastro@cemig.com.br

Assinado em: 26/05/2023 08:50:50 (BRT)

IP: 155.190.29.37

Geolocalização: -19.928959, -43.95063

Assinatura Eletrônica
26/05/2023 11:50 UTC **Sérgio Teixeira de Castro**760.***.***.01
Sergio Teixeira de Castro

Eventos da coleta

Criação

25/05/2023 19:14:36 (BRT)

Conclusão

26/05/2023 18:35:18 (BRT)